

Economia cresce e traz ameaça

Brasil 17 SET 1989

ESTADO DE SÃO PAULO

O que o governo pode fazer

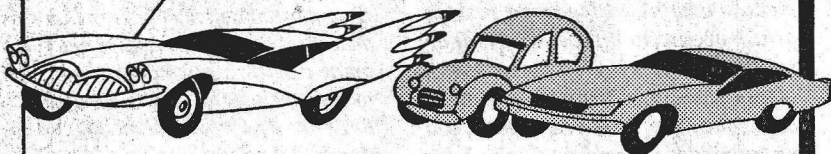
1 - Restringir o crediário

O prazo máximo do crédito direto ao consumidor já está em três meses, menos para automóveis. Ninguém mais quer comprar a crédito.



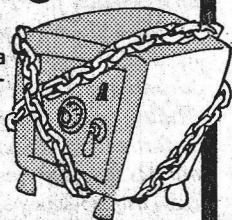
2 - Desestimular os consórcios

O governo avança na direção contrária. Em novembro, os consórcios voltarão a aceitar lances sem limites de valor e pagamentos antecipados de prestações.



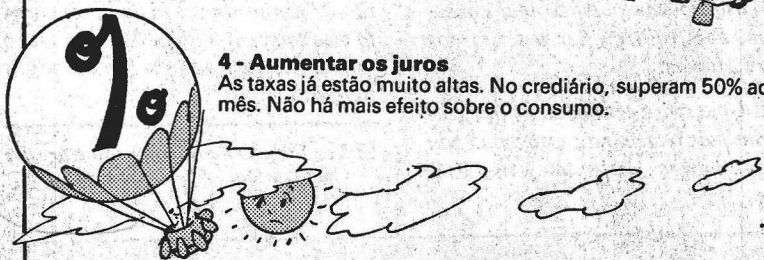
3 - Segurar os salários

Às vésperas de eleições, o Congresso não aprovaria nenhuma medida de aperto salarial. E as empresas têm sido mais liberais do que manda a lei.



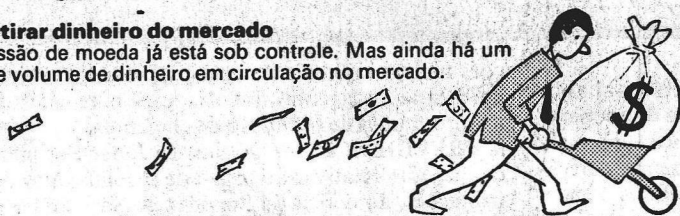
4 - Aumentar os juros

As taxas já estão muito altas. No crediário, superam 50% ao mês. Não há mais efeito sobre o consumo.



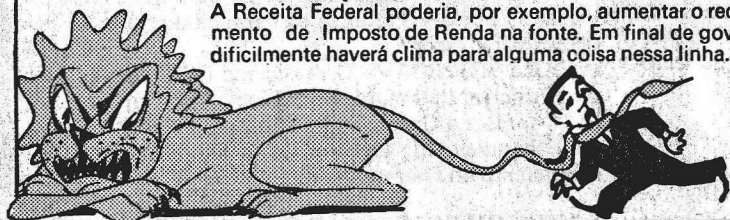
5 - Retirar dinheiro do mercado

A emissão de moeda já está sob controle. Mas ainda há um grande volume de dinheiro em circulação no mercado.



6 - Elevar impostos

A Receita Federal poderia, por exemplo, aumentar o recolhimento de Imposto de Renda na fonte. Em final de governo, dificilmente haverá clima para alguma coisa nessa linha.



PAULO ZILBERMAN

Aumento de demanda pode provocar falta de produtos ou elevar ainda mais a inflação

MARIA APARECIDA DAMASCO

Quem dirige em alta velocidade está arriscado a uma freada brusca ou a um grave acidente. Na economia brasileira, não há grandes diferenças. De alguns anos para cá, o crescimento econômico em alta velocidade acabou levando a uma freada brusca — por intervenção do governo — ou a uma situação de desequilíbrio explosivo. Esse impasse caracterizou o Plano Cruzado e está de novo no horizonte da economia brasileira.

As empresas chegam às portas do último trimestre a pleno vapor. Os indicadores de desempenho da economia em julho-agosto, por exemplo, são expressivos. A produção industrial subiu 7,2% em julho, o salário médio na indústria paulista cresceu 5,6% e as vendas do comércio na Grande São Paulo aumentaram 3,8% em agosto, sempre em comparação com o mesmo mês de 88. E o desemprego nas grandes cidades caiu para 3,17% da força de trabalho em julho, a menor taxa do ano. Tudo bem, diriam os otimistas. Tudo mal, diriam os pessimistas incorrigíveis.

A razão, como de costume, está no meio-termo. É certo que o crescimento, em si, não é um mal. Nem o consumo deve ser visto como um pecado. Alguns inimigos ferrenhos do Cruzado chegam a argumentar que o plano fracassou porque as classes mais pobres ousaram mudar seu padrão de consumo — comeram muita carne e compraram muitos eletrodomésticos.

A economia brasileira, porém, não está preparada para um novo ciclo de crescimento. Desestimuladas pelas fortes oscilações no comportamento da economia, nos últimos anos, as empresas privadas mantiveram-se arredias a novos investimentos. E as empresas públicas mal conseguem cobrir suas despesas de custeio. Qualquer aumento na demanda, portanto, esbarra na limitação da oferta. E esse descompasso resulta sempre em corrida às compras, estocagem especulativa, cobrança de ágio, câmbio negro etc. — em outras palavras, em mais inflação.

O nível de ocupação da capacidade instalada da indústria chegou, em julho, a 83% — e, no setor de bens intermediários (matérias-primas, basicamente), encostou em 88%. Prova é que as indústrias já enfrentam problemas de abastecimento de alguns tipos de matérias-primas (ver abaixo). “Esses números são preocupantes”, considera o economista Joaquim Elói Cirne de Toledo, da USP, advertindo que “as empresas não costumam operar a 100% de carga”.

Como não é possível recuperar esse atraso de uma hora para outra, o normal seria o governo mais uma vez segurar o consumo para evitar a aceleração ainda maior da inflação. A equipe econômica do presidente José Sarney, no entanto, está de mãos atadas. Ou os instrumentos clássicos de contenção do consumo não funcionam mais ou dificilmente podem ser acionados por uma administração em final de mandato (ver quadro ao lado). “O governo poderia, por exemplo, soltar as tarifas públicas e desistir de ganhar alguns pontos na inflação, à custa de mais déficit”, diz Toledo. Segundo o economista, esse controle dos preços públicos está contribuindo para um alívio nos orçamentos domésticos e, em consequência, para um incentivo ao consumo. “O governo sabe que está armando uma bomba de efeito retardado”, argumenta Toledo, “mas prefere deixar que ela estoure nas mãos do próximo presidente.”

Só resta, portanto, torcer para que a inevitável aceleração da inflação não se transforme em explosão, com o natural aquecimento do mercado no final do ano. “Essa previsão está mais no terreno psicossocial do que técnico”, adverte o economista Geraldo Gardenalli, da FGV paulista. “Não dá para garantir nada”, concorda Antônio Evaristo Lanzana, da USP, lembrando a coincidência de pressões de demanda com pressões de custo — como as exercidas pela safra de dissídios coletivos das grandes categorias.